

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Relatório Final de Pesquisa PIBIC

Nome do Bolsista: Renato Luiz Atanazio Ferreira

Matrícula: 0911459

Orientador: Prof. Ludovic Soutif

JULHO DE 2011

TEORIA DOS ATOS DE FALA: ASPECTOS SEMÂNTICOS, PRAGMÁTICOS E NORMATIVOS

Aluno: Renato Luiz Atanzio Ferreira

Orientador: Prof. Ludovic Soutif

Introdução

É *a priori* a necessidade que o homem tem de se comunicar, de se expressar ou de se fazer ser ouvido. Antes mesmo de a linguagem existir de uma maneira estruturada, o homem já explorava as maneiras de se comunicar com os seus semelhantes. Por isso quando estudamos a linguagem e a relação de seus signos não estamos estudando simples símbolos de maneira abstrata, estamos estudando o sensível, pois ela é representação da realidade.

A filosofia da linguagem é uma das principais áreas da filosofia contemporânea. É essa corrente que é a responsável pelos estudos dos fenômenos lingüísticos e como a linguagem interagem como o mundo. Todos nós usamos a linguagem e aprendemos a superar o uso das palavras e sentenças.

Dentro dessa corrente foram criadas várias teorias que tentam compreender como a linguagem (sistema de signos) tem papel fundamental na comunicação dos homens. Como exemplos, temos: os jogos de linguagem (Wittgenstein), a teoria da ação comunicativa (Habermas), a teoria dos atos de fala (Austin) e outras.

Das linhas que citei, busquei examinar a teoria dos atos de fala apresentada por Austin e Searle. Dentro desse campo, centralizei minha pesquisa no estudo referente aos aspectos semânticos, pragmáticos e normativos, preocupando-me principalmente em esclarecer o que é cada um deles e como são tratados pelos dois filósofos.

Austin foi o precursor no desenvolvimento dessa teoria, e em suas conferências, que postumamente se tornaram um livro [1], o filósofo buscava uma sistematização da linguagem, diferente da proposta de Wittgenstein. Entretanto, nessa sistematização havia um problema, pois Austin procurava entender os atos de fala como uma totalidade e essa dificuldade só foi sanada quando Searle observou os atos de maneira separada. Para ele os atos de falas continham uma complexidade maior que a observada por

Austin, por isso quando Searle apresentou sua teoria, ele introduziu elementos que buscaram preencher as lacunas deixadas pelo seu antecessor.

Dessa forma ele reelabora os componentes da força ilocucionária e apresenta um elemento complemente novo na teoria dos atos de fala: os atos de fala indiretos, onde não será possível notar a força ilocucionária, pois a mesma está implícita, dessa maneira o contexto onde a proposição é proferida será o maior influenciador para identificarmos a força ilocucionária que ocorre na frase.

O que são os três aspectos

Essa primeira definição surgiu com Carnap (retomando a distinção tripartida de C. Morris). Ele foi pioneiro em desenvolver um método que conseguisse distinguir os aspectos sintático, semântico e pragmático (o primeiro não será estudado nessa pesquisa) como uma condição dos estudos lingüísticos. Contudo, o aspecto normativo, como um tipo de atos de fala, aparece primeiramente com Grice acompanhado por Lewis. Assim os três aspectos que podem ser definidos da seguinte maneira:

- Semântico: É o estudo daquele aspecto da linguagem que diz respeito à relação de significado entre as palavras ou as sentenças e as coisas (ou os fatos) no mundo.
- Pragmático: É o estudo daquele aspecto da linguagem que diz respeito a seu uso, ou seja, ao proferimento (cf. a noção de *utterance* em Austin) das palavras/sentenças.
- Normativo: É o estudo daquele aspecto da linguagem que diz respeito à normas (explícitas ou implícitas) que, em relação a elas, uma prática lingüística pode ser avaliada com correta ou incorreta.

Os atos de fala

Na filosofia da linguagem, um tipo específico de proferimento é geralmente privilegiado: o proferimento *assertivo*, ou seja, aquele tipo de proferimento que consiste em afirmar algo sobre algo (essa asserção podendo ser verdadeira ou falsa). Entretanto,

há uma classe de palavras/sentenças que, proferidas em determinadas situações, possuem como características desempenhar o papel de ações, ou seja, ao pronunciá-la estou não apenas dizendo algo sobre algo, mas estou executando uma ação.

Usando o exemplo de Austin, quando um padre diz que batiza alguém ele não está apenas dizendo essas palavras, há uma série de ações que se desenvolvem por trás dessas palavras que farão com que o proferimento seja verdadeiro e que o ato de batizar seja válido (no sentido *não lógico* de “bem-sucedido”).

O pioneirismo que ocorre é quanto o desenvolvimento de um estudo para identificar as características dessas sentenças. Esse tipo de proferimento não iniciou com Austin. Pelo contrário, sempre existiram e permaneceram existindo. O que Austin faz é direcionar um estudo mais centralizado, tendo como ponto de partida entender o todo o processo de desenvolvimento dos atos de fala (apesar de não perceber que o mesmo não poderia ser visto de uma maneira totalitária¹).

Embora algumas distinções dos atos só surgirem com os contemporâneos de Austin (Searle, Habermas e Grice), devemos admitir que a contribuição de Austin é extremamente importante para os que o sucederam, pois grande parte do seu estudo foi utilizado como alicerces para todos aqueles que vieram posteriormente e herdaram ou utilizaram suas teorias como base de seus estudos.

Antes de Austin iniciar sua série de palestras sobre as distinções dos atos de fala, a filosofia enxergava a linguagem como uma simples representação, ou seja, descrições de coisas reais, entretanto após os estudos de Frege e Wittgenstein foi possível observar que a linguagem é muito mais que uma simples combinação de sons e signos, ela dependerá de os outros inúmeros fatores que serão determinantes, fazendo com a mesma ganhe força, ou seja, ao pronunciar determinadas palavras estou fazendo muito mais do que apenas dizer ou me referir a alguma coisa, estou na verdade realizando uma determinada ação.

A questão da contextualização também será importante nessa nova visão da linguagem. Quando o segundo Wittgenstein expõe que o significado das palavras não está na coisa em si, mas no contexto em que a frase é articulada, ele muda completamente o modo de observar a linguagem. Embora Frege já apresente essa noção

¹ Searle identificou que como Austin percebia os atos como um todo, não foi capaz de perceber algumas particularidades que existiam.

em suas pesquisas (no seu ensaio intitulado “O pensamento”), nas “*Investigações Filosóficas*” Wittgenstein demonstra essa concepção sem todo os conceitos lógicos [3] que Frege utiliza como recurso ao desenvolver o seu trabalho.

Os jogos de linguagem (teoria defendida por Wittgenstein) vão apresentar a ideia que o significado das frases irá ser influenciado pelo contexto em que a sentença está sendo proferida, entretanto o mesmo acredita que não há como criar uma estruturação da linguagem.

Austin quando apresenta os atos de fala quer mostrar que é possível existir uma estruturação dentro da linguagem. Além de apresentar que para ele as palavras são muito mais do que apenas sentenças que poderiam ser consideradas verdadeiras ou falsas. Há algumas proposições que não podem ser nem consideradas verdadeiras e nem falsas, entretanto existem e tem seu significado.

O filósofo observou há frases que quando pronunciadas não estão descrevendo nada, ou seja, se não se referem a nada não podem ser verdadeira ou falsa, todavia essas frases realizam ações.

Ao pronunciar algumas proposições não estou apenas descrevendo as ações, ao contrário, ao dizer algumas palavras estou realizando as ações, ou seja, algumas ações para que sejam executadas precisam que algumas frases sejam pronunciadas.



Figura 1 – Exemplo do Batizado

Esse exemplo do batizado é muito utilizado por Austin. Na figura podemos identificar possivelmente os padrinhos da criança, o padre, a criança e um coroinha que auxilia o padre. Observa-se, sem sobre de dúvida, que acontece um batizado, entretanto

é da ciência de todos que o mesmo só ocorre quando o padre pronuncia a frase: “eu te batizo”.

Ao articular essa frase ele realiza o ato de batizar, ele não narra um fato, o batismo não pode ser considerado uma frase verdadeira ou falsa. O padre dizendo “eu o batizo” é bem diferente dele dizer: “a roupa do padrinho da criança é vermelha”. Na figura 1 é possível observar que a roupa não é vermelha, logo a frase é falsa. Contudo, quando ele diz “eu o batizo” não é verdadeiro nem falso, simplesmente ocorre a ação (ato) de batizar.

É claro que podem ocorrer falhas no batismo que fazem com que o ato não seja plenamente realizado. Vejamos um exemplo tendo como base a figura 1, imagine que o coroinha (a esquerda do padre) diga a frase: “eu o batizo”, a proposição não será falsa, entretanto é necessário que o padre ou um diácono para realizar tal ação. Dessa maneira ação simplesmente não foi realizada, mas ela não se torna falsa, apenas o ato não foi consumado.

Assim como o batismo há uma série de outras proposições que não: descrevem, relatam, constata e não são nem verdadeira e nem falsa. Esses proferimentos Austin chama de declarações performativas, pois ao dizê-las eu faço algo, uma performance (atuação) ocorre quando a mesma é pronunciada.

Austin começa identificando as declarações como performativas e as constataivas, que são aquelas capazes de descrever alguma coisa além de possuírem valor de verdade (verdadeira ou falsa). Embora posteriormente o filósofo faça outra divisão para explicar essas sentenças declarativas, os atos de falas possuem como pedra angular esses conceitos, ou seja, são proposições que quando pronunciados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo realizam uma ação.

Austin e os atos de fala

O filósofo britânico John Langshaw Austin é considerado o precursor nos estudos da linguagem como ação. No seu livro “Quando dizer é fazer” ele inicia explicando sobre os tipos de declarações (performativa e constataivas) e sobre quando um ato de fala não pode ser considerado válido.

Na figura 1 apresentou o exemplo do batismo. Tanto o exemplo onde a ação, o ato batizar acontecia, como no exemplo onde o ato não ocorre, considerando que é

realizado por uma pessoa que não é capacitada para exercer o papel de batizar alguém, recebem uma atenção do filósofo. Ele vai chamá-los de: performativos felizes e performativos infelizes, embora eles não sejam verdadeiros e nem falsos há uma série de condições que serão responsáveis de dizer que o ato foi plenamente realizado.

Austin apresenta um conjunto com seis condições que não podem ser violadas para que um ato seja possa ser considerado como válido (performativo feliz), caso alguma dessas condições seja realizada o ato não tem validade (performativo infeliz). Assim, as condições que o Austin apresenta (1990, p. 31) aparecem da seguinte maneira:

(A.1) Deve ser existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias: e, além disso, que

(A.2) as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

(B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e

(B.2) completo.

(τ .1) Nos casos em que como ocorre com freqüência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por partes de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e além disso,

(τ .2)devem realmente conduzir-se dessas maneira subseqüentemente.

Logo para que um performativo seja feliz é necessário preencher todas as seis regras ao mesmo tempo. Entretanto Austin dividiu essas regras em três grupos (A, B e τ), pois ao violar determinadas regras as condições de infelicidades não seriam as mesmas. Os dois primeiros grupos (A, B) foram denominados como desacertos e o último (τ) como Abuso.

A figura a seguir é um exemplo da tabela que foi desenvolvida por Austin para identificar as violações que ocorrem quando acontece um ato infeliz.

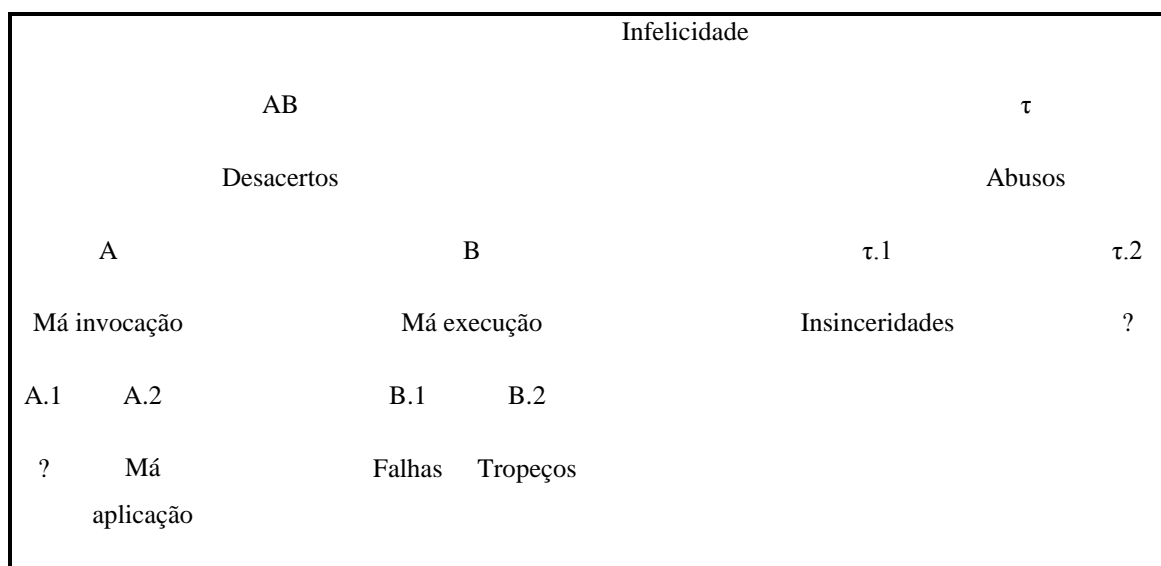


Figura 2

Dessa forma ele vai organizar cada condição que não for executada através de dois caminhos distintos. O primeiro grupo (A, B) ele chamará de “desacertos”, enquanto o segundo grupo (τ) serão os abusos, que ocorrem devido ao mau uso que fazem com que esses atos sejam nulos.

A maior parte das pesquisas que tratam da teoria dos atos de fala estuda os performativos felizes. Porém há muito poucos trabalhos que pesquisam as condições em que os atos são realizados. Entretanto, por se tratar também de um assunto muito denso e complexo essa pesquisa trata esse assunto apenas de uma superficial.

O primeiro grupo que é apresentado (desacertos) está relacionado com: procedimentos, circunstância e execução, ou seja, “mal-entendidos” e “enganos” (AUSTIN, 1990 p. 47) que faz com que o ato não seja executado. O segundo grupo (abusos) trabalha através de uma perspectiva diferente. Os “abusos” estão relacionados as vontades e aos desejos, as insinceridades e o não cumprimento de uma determinada ação.

Quando voltamos para o exemplo da figura 1, de outra pessoa fazer o batismo da criança, podemos observar agora com mais clareza que não é o caso de o ato ser considerado falso, mas o mesmo não foi executado, pois nesse caso uma das condições não foi realizada da maneira correta.

Apesar de toda essa divisão (estrutura) desenvolvida pelo autor, o mesmo alega que há algumas condições que não se enquadram nas desenvolvidas por ele, contudo,

ele argumenta que devemos evitar ao máximo criar novos subgrupos, pois isso iria gerar uma sequência excessiva.

Dessa forma ele coloca que os desacertos são:

A.1 – Não existe procedimento aceito;

A.2 – Proferimento executado em circunstância não apropriada;

B.1 – Procedimento possuía falhas (defeituoso);

B.2 – Incompletamente executado.

Assim o exemplo que utilizamos se enquadra na condição A.2, pois segundo o filósofo: “A.2, ao tipo de infelicidade que chamamos de más aplicações. (...) quando não tenho poder de nomeá-la,” (AUSTIN, 1990, p. 44). Enquanto diferentemente do primeiro grupo o segundo tornam o ato nulo. Neles estão contido insinceridade (falta de desejo de cumprir o combinado) e/ou não fazer algo subsequente.

Embora ao proferir uma série de palavras, em determinadas situações, signifique que o falante esteja realizando uma ação, para Austin os performativos não são apenas aqueles verbos formados na primeira pessoa do singular no presente do indicativo, na forma afirmativa e na voz ativa, mas também apresentam verbos na segunda e terceira pessoas, na voz ativa ou passiva, ou seja, a pessoa, ou mesmo a voz, não são essenciais proferimento performativo.

Dessa maneira o filósofo percebeu que há critérios que possam sempre identificar que o verbo seja considerado performativo. Ele mostrar quais os possíveis performativos, e como alguns verbos (performativos explícito), como “aposto”, “duvido”, “declaro” ou etc, não necessitam de complemento para serem identificados como performativos. Portanto, ele vai defender que não há um juízo crítico (critério gramatical ou de vocabulário) que seja capaz de definir com exatidão a totalidade dos possíveis performativos, ou seja, se comparado com os constativos não existe um critério gramatical que consegue distingui-los de uma maneira precisa.

O filósofo percebe que há declarações constativas que podem ser consideradas performativas, pois inserindo alguns verbos (declarar, revelar, afirmar, etc.) nas declarações constativas elas se tornam ações. A análise do exemplo de constativo da figura 1, “a roupa do padrinho da criança é vermelha”, é uma frase que é passível de verificação, ela narra um fato. Porém, se coloco o verbo “afirmo” na frente da mesma

sentença faço com que passe se torne performativa (*afirmo* que a roupa do padrinho da criança é vermelha). Mesmo a roupa do homem não possuir essa cor, ao dizer afirmo, ele está realizando o ato (ação) de fazer uma afirmação.

Não há como ser realizada uma lista de todos os verbos performativos. Logo, ele tenta mostrar como “dizer algo” equivale a “fazer algo”. Ele expõe que quando cometo o ato de dizer algo estou automaticamente fazendo algo ou participando de algo. E partindo dessa idéia que ele apresenta os atos locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

É dessa maneira que Austin tenta exemplificar o seu pensamento. Ou seja, quando profiro uma frase respeitando as regras gramáticas e que tenha um sentido estou fazendo um ato locucionário. Se ao proferir a frase ela resulta no sentido de fazer aquilo que digo (Prometer, quando prometo estou “automaticamente” afirmando que farei o combinado), a frase tem uma força que ela própria significa a realização de um ato ou parte dele, ou seja, um ato ilocucionário. Os atos perlocucionários. Ele define como sendo o ato de ao proferir determinada frase obtêm certos resultados (convencer, persuadir, impedir) que vai além da linguagem, esses resultados ultrapassam a linguagem, ou seja, esses atos de fala são realizados apenas se certos resultados forem obtidos [4].

Ainda assim, Austin apresenta que os atos ilocucionários possuem uma força, que ele vai chamar de força ilocucionária. Essa “força” surgirá da classe de verbos que serão dividido em cinco grupos:

- Vereditivos: Dar veredito.
- Exercitivos: Exercício de poder, influência.
- Comissivos: Prometer, ou assumir algo de maneira que se comprometa.
- Comportamentais: Relacionado a atitudes e comportamentos sociais.
- Expositivos: Usado para ilustrar como o proferimento adéqua a uma argumentação (expõem).

Entretanto, Austin não percebeu que ainda existiam algumas lacunas que seu estudo não foi capaz de preencher. Logo os que o sucederam (Searle, Grice), usaram a

proposta que o filósofo defende, porém Searle não acreditava que Austin conseguiu dar toda a ênfase para a classificação dos atos de fala e principalmente para a força ilocucionária.

A concepção de Searle dos atos de fala

Searle vai usar Austin como ferramentas para suas pesquisas os estudos de Austin. Entretanto existem algumas lacunas nos estudos de Austin que Searle trabalha e pretende preencher.

No desenvolvimento do seu livro [5] ele apresenta uma nova visão sobre a força ilocucionária. Ele vai distingui-las em cinco categorias que são:

- Assertivos ou representativos - mostram a crença do locutor quanto à verdade de uma proposição: afirmar, asseverar, dizer;
- Diretivos - tem como objetivo fazer com que o ouvinte a faça algo: ordenar, pedir, mandar;
- Compromissivo ou comissivos - comprometem o locutor com uma ação futura: prometer, garantir;
- Expressivos – esses expressam os sentimentos como: desculpar, agradecer, dar boas vindas;
- Declarativos - produzem uma situação externa nova: batizar, demitir, condenar.

Esses substituíram os que Austin propôs, alegando que: “Austin não forneceu princípios ou critérios suficientes claros para a sua classificação dos atos.” (MARCONDES, 2005, p. 23).

Assim como Austin o filósofo elabora componentes que serviram de apoio para a classificação dos diferentes atos. Uma força ilocucionária necessita preencher uma série de condições para que possa ser definido o tipo de ato que foi realizado. Eles serão divididos em sete que serão:

1. Propósito ou objetivo;
2. Grau da força do objetivo ilocucionário;
3. Modo de realização;
4. Condição relativa ao conteúdo proposicional;
5. Condição preparatória;
6. Condição de sinceridade;
7. Grau de força da condição de sinceridade.

O objetivo de Searle é tentar apresentar que mesmo nos casos em que o verbo performativo não é utilizado há casos em que não se perde a força ilocucionária. Quando um juiz diz: “eu declaro está aberta a sessão”², podemos perceber o verbo que demonstra que o ato realmente ocorreu (através do verbo performativo declarar). Entretanto, se o mesmo juiz, nas mesmas circunstâncias dizer: “está aberta a sessão”, logo percebemos que a falta do verbo em nada alterou a realização do ato.

O filósofo vai defender que há uma série situações que fazem com que o ato ocorra sem a necessidade do uso do verbo performativo. Assim ele faz mais uma divisão dentro do estudo dos atos de fala, Searle vai identificar que vão existir atos de fala diretos e atos de fala indiretos, uma grande mudança em relação à teoria de Austin.

Os atos de falas indiretos, que Searle fala na sua obra, são aqueles que possuem uma força ilocucionária e é obtida de maneira indireta por um meio de outro ato, ou seja, dentro de uma mesma frase, dentro de um mesmo ato de fala, pode-se obter duas ou mais interpretações, pois nos atos de fala indiretos existe oculto um conjunto de interpretações que podem ser obtidos pelo conteúdo de uma mesma frase. Entretanto dependendo do contexto em que a frase é dita, a mesma fala pode ter variadas interpretações ou apenas uma [6].

Outro ponto que devemos nos salientar sobre a teoria dos atos de fala é que a fala possui na verdade dois sentidos o literal e o não-literal. O primeiro, o sentido literal, consiste naquele em que a fala possui o seu sentido básico, a partir do sentido das expressões lingüísticas. O segundo, o sentido não-literal, trata-se daquele cuja interpretação da frase exige inferência por parte daquele que ouvi a mensagem. Porém,

² Usado um exemplo semelhante ao utilizado no livro de Searle.

no caso de ato de fala indireto a interpretação do sentido real em que a frase está sendo dita está toda com o ouvinte, todavia isso não quer dizer que a interpretação, o sentido, que o ouvinte utilizou seja o mesmo do locutor.

Um exemplo muito simples e que já está em nosso cotidiano é quando somos abordados por alguém que chega até nós e nos fazem a seguinte indagação: “Me passa o seu telefone?”, esse exemplo é muitíssimo interessante e bem rico de interpretações. No sentido literal da frase o falante pergunta ao ouvinte se ele pode lhe passar o telefone, de acordo com a interpretação literal o ouvinte poderia apenas responder sim ou não, dessa maneira a pergunta estaria respondida, e nosso locutor teria seu “questionamento sanado”, apesar de talvez não ter sido essa a resposta esperada.

Quando o locutor responde alguém dessa maneira, o locutor (normalmente) fica na expectativa de uma “outra” resposta. Quando o locutor faz essa pergunta, automaticamente, espera que aquele que o ouve responda com o número do seu telefone. Porém a mesma frase pode possuir mais uma interpretação.

Imagine que você faça essa mesma pergunta para alguém, “Me passe o seu telefone?”, e a pessoa que é questionada pega o aparelho telefônico e lhe entregue, por acaso ela teria entendido errado? Mas na frase não diz que você quer o número telefone, e sim o telefone. Todavia, há uma série de convenções que “dizem” que em uma situação como essa a pessoa pede o seu número.

Assim como se essa mesma frase for feita por um homem armado que narre um assalto, o mesmo não está querendo saber o seu número telefônico e sim querendo roubar o telefone. Nesse caso o contexto em que a situação acontece vai determinar a ação que a pessoa (ouvinte) vai tomar.

Nesse exemplo bem simples, é fácil de demonstrar com clareza como funcionam os atos de falas indiretos, e para que o locutor obtenha o resultado esperado é preciso uma interpretação “correta” (até porque nos exemplos todas estavam corretas), ou melhor dizendo, uma interpretação a esperada por parte do ouvinte, ou seja, ambos, falante e ouvinte, devem ter o mesmo sentido para a mesma frase.

Conclusão

Através dos estudos realizados sobre os atos de fala em Austin e Searle foi possível identificar durante a pesquisa a diferenciação que ocorre entre os dois filósofos. Enquanto Austin tentava entender os atos de fala como um todo, como uma espécie de totalidade, Searle vai defender que a teoria jamais poderia ser analisada de maneira totalitária, por isso ele reelabora a classificação que foi desenvolvida por Austin e as batizará de componentes da força ilocucionária.

Os atos de fala são unidades básicas de significação. Ao proferir uma proposição, uma ação através de uma palavra ocorrerá através de três aspectos: Atos Locucionários (que cuida da dimensão lingüística), Atos Ilocucionários (onde está contido o núcleo do ato de fala, a força ilocucionária) e os Atos Perlocucionários (trata das conseqüências alcançadas pelo ato).

Pode ser analisado que o aspecto semântico dessa teoria em ambos os filósofos procuram criar uma estruturação, embora os dois acreditem que a linguagem não é capaz de ser estruturada de uma maneira absoluta, sempre haverá termos ou condições que não se enquadre nas configurações apresentadas por eles, essas são exceções.

Dessa forma ao analisar o conteúdo dos filósofos os aspectos pragmáticos e normativos vão, em certa medida, desempenhar o papel de identificação dos atos de falas locutório, ilocutório, perlocutório e a realização das práticas lingüísticas da conversação e da asserção, respectivamente.

Referências Bibliográficas

[1] AUSTIN, John L. *Quando dizer é fazer*. - Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora: Artes Médica, 1990.

[2] MARCONDES, Danilo. *A Pragmática na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

[3] Cf. PENCO, Carlo. *Introdução à Filosofia da Linguagem*. Trad. Ephraim F. Alve. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

[4] BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

[5] SEARLE, John R. *Os actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1987.

[6] SEARLE, John R., *Mente, linguagem e sociedade*. - Rio de Janeiro: Rocco, 2000.